

VIII Jornadas de Investigación Histórico social Razón y Revolución

Buenos Aires, 10 al 12 de diciembre de 2009, Facultad de Filosofía y Letras, UBA.

Mesa: Las leyes del capital. Debates sobre la teoría del valor.

Valor Verde: da formação à função. Um breve questionamento

Resumo:

A temática ambiental tem sido vastamente divulgada. Após décadas de conferências nacionais e internacionais e outros esforços, tem-se como resultado uma efetiva disseminação da problemática ambiental. Uma das formas mais evidentes de verificar essa tendência é a partir das mercadorias ecologicamente corretas dispostas no mercado em escala mundial. A pergunta que se faz no presente artigo é como entender a incorporação da problemática ambiental no desenvolvimento contemporâneo do capitalismo? Parte-se do princípio de que o modo de produção capitalista incorporou os constrangimentos ambientais, inculcando às mercadorias um valor agregado. A questão é como entender esse novo *valor verde*.

Destaca-se a partir da teoria do valor de Marx, a noção de necessidade como central para entender esse novo tipo de valor agregado. Parte-se do pressuposto de que a formação da necessidade está diretamente ligada às várias influências sociais, individuais e estruturais que compõem a própria formação político-cultural. O processo de incorporação dos constrangimentos ambientais na composição do custo e no preço final das mercadorias, supõe a existência desse novo valor (cultural, político e econômico). O artigo visa problematizar a idéia de “sustentabilidade ambiental” enquanto uma necessidade e a relação entre suas determinações econômicas-políticas e possíveis efeitos. Uma hipótese é a desvinculação dos problemas sociais da pauta política contemporânea.

Palavras-chave: teoria do valor, valor verde, racionalidade ambiental, fetiche da mercadoria.

Na produção social de sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independente de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social (Karl Marx, “Prefácio” à Contribuição à Crítica da Economia Política, in. Coleção Textos, sd., p. 301).

A temática ambiental tem sido vastamente divulgada a partir da década de 1960. Como marcos do debate em torno das negativas e impremeditadas consequências do industrialismo sobre o meio ambiente pode-se citar alguns eventos de referência como: a Conferência de Estocolmo (1972); o Simpósio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e a Conferência das Nações Unidas Sobre o Comércio e Desenvolvimento, realizados em 1974; a elaboração, pelo PNUMA, do Relatório Brundtland (1987) e a Conferência do Rio de Janeiro (1992).

O resultado das pesquisas desenvolvidas para as primeiras conferências, bem como outros esforços, como dos movimentos ambientalistas, a partir principalmente da década de 1980, foi uma efetiva disseminação da problemática ambiental e da incorporação desses problemas no cotidiano dos indivíduos em geral.

Com tamanha força, inclusive a produção industrial¹ é atualmente questionado, e alternativas, ditas “sustentáveis”, tem sido incorporadas. Uma das formas mais evidentes de verificar essa tendência é a partir dos bens e serviços dispostos no mercado em escala mundial. As estratégias de marketing atualmente voltadas à problemática ambiental, ganham cada vez mais espaço no mercado e agregam cada vez mais valor às mercadorias. Hoje praticamente qualquer mercadoria “ecologicamente correta” – sustentável, no sentido comum – tem legitimidade para possuir um “valor” mais elevado do que uma mercadoria “tradicional”. Em consequência, organismos de proteção e certificação têm surgido como mecanismos de legitimação dessas mercadorias “verdes”

¹Até onde conheço as teorias ambientalistas, suas críticas referem-se à ‘produção industrial’, não ao capitalismo em si. Ou seja, entendem que a produção industrial pode ser analisada e reformulada em detrimento de uma crítica ao modo de produção capitalista. O que, a nosso ver, é um equívoco que pode por em xeque as propostas de “um outro desenvolvimento”, por exemplo.

como por exemplo: a certificadora de serviços internacionalmente reconhecida ISO 14000 e o Conselho de Manejo Florestal, o FSC (Forest Stewardship Council), o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC); cresce o número de empresas que adotam estratégias *sustentáveis* para “melhorar sua imagem”, por exemplo, a rede de supermercados Wal Mart (Guivant, 2008); mesmo o serviço bancário, a exemplo do Bradesco; e ainda a incorporação das preocupações ambientais no âmbito institucional – a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 1983, e nele o CONAMA, instituído em 1981 e regulamentado em 1990. Todos esses são exemplos de como a questão ambiental está disseminada por todas as instâncias da sociedade contemporânea.

A pergunta que se faz é como entender a incorporação da problemática ambiental no desenvolvimento contemporâneo do capitalismo? Pretendo, a partir desse tema, abordar algumas das contribuições de dois autores clássicos da sociologia que analisaram o desenvolvimento do capitalismo, Marx e Weber. A teoria de valor de Marx por envolver a relação entre trabalho, mercadoria e formação do valor com alienação e consciência, de modo a se perceber desde a mercantilização das relações sociais até a noção de ‘serviços ambientais’, até a consciência (por oposição a alienação, ou sua superação) sobre a “questão ecológica”; e o conceito de racionalidade de Weber enquanto categoria analítica da formação de um valor cultural. O conceito de racionalidade foi também apropriado por um autor contemporâneo de grande fôlego nos debates ambientais, Enrique Leff, e também será abordado.

Marx e Weber e o Desenvolvimento Capitalista

Conforme Giddens (1997), as teorias apresentadas por Weber e Marx podem ser diferenciadas por vários meios. Pretende-se, no entanto, enfatizar suas análises sobre o desenvolvimento do capitalismo. Assim, o pressuposto para essa reflexão, como proposto por Giddens, é de que são duas abordagens, cada uma situada em um dos lados da dicotomia entre macro e micro análise. Enquanto Marx enfatiza a explicação de como a estrutura condiciona a ação dos indivíduos, Weber busca compreender a ação humana dentro das estruturas vigentes. Ambos enxergam as imbricações dos dois lados, no entanto enfatizam um ou outro. Duas perspectivas epistemológicas opostas, Marx ao propor uma ciência crítica – intervencionista –, ou seja, que não se limita a apreender a

realidade, mas também a transformá-la e Weber ao propor uma ciência compreensiva. Este último, ao enfatizar as subjetividades individuais entende a objetividade da ciência como meio que só pode ser alcançado na medida em que o próprio cientista reconhece e identifica suas condições pessoais. Ou seja, para ambos a subjetividade está ao lado da objetividade científica.

É importante destacar a presença da “subjetividade”, pois no debate sobre a análise do desenvolvimento capitalista, Marx por vezes é acusado de não levar em conta os fatores subjetivos que envolvem as relações sociais. Portanto, ao explicitar a ênfase sobre a estrutura, isso não significa dizer que não existe possibilidade de pensar “subjetividade” das relações sociais em Marx. Da mesma forma, costuma-se creditar às análises de Weber e weberianos um racionalismo e uma neutralidade que se confundem com “realidade” ou “verdade”, como se essas noções sobre versões da história não estivessem embricadas com as subjetividades do pesquisador e das relações sociais.

Considerando essas distinções fundamentais – embora não únicas – a tentativa, neste trabalho, é pensar a questão ambiental a partir da criação do valor verde. O pressuposto é o de que o capitalismo contemporâneo vem incorporando os constrangimentos ambientais através da imputação de valor às mercadorias que se propõe “sustentáveis”. Entende-se a questão, ou problemática, ou temática ambiental, como os desafios impostos pela exploração intensiva e consequente degradação da natureza, o que, como resultado, põe em questão seus limites para o desenvolvimento da sociedade humana.

A questão colocada é como entender esse *novo valor*, chamado valor verde. A hipótese é a de que, embora a temática tenha uma força persuasiva de grande fôlego, ao ser transformada em “mercadoria” o que se tem é a fetichização da questão ambiental, quando, antes de ser um elemento de troca, a questão ambiental está fundada na relação orgânica entre homem e natureza.

A temática ambiental

Essa temática é analisada sob diversas perspectivas sociológicas que, por vezes, deslocam ou subestimam a relação da problemática ambiental com o setor econômico e político, dando ênfase apenas na formulação de políticas públicas específicas e não

questionando suas bases de sustentação. O que leva por sua vez a ações limitadas apenas ao desenvolvimento de tecnologias de gestão dos recursos humanos e não humanos a longo prazo.

Leff (2000) aposta na noção de “racionalidade ambiental”, cujo fundamento baseia-se em proposições progressistas de movimentos ambientais que, segundo ele, pretendem a legitimação para “um conjunto de valores e direitos que normatizam o comportamento social, mobilizando processos materiais e ações sociais para gerar padrões alternativos de produção, bem como novos padrões de consumo e de vida.” (LEFF, 2000, p. 123). Padrões que envolvem a ideia de novos valores de natureza e de democracia participativa numa nova configuração da organização social. No entanto para que tais objetivos sejam eficazes deve-se considerar as forças em disputa. A proposta de substituição de uma “racionalidade econômica” por uma “racionalidade ambiental” não deve ser considerada apenas como uma questão de “conscientização ecológica”. Ela vai além, envolve a análise da conjuntura produtiva, financeira e política do tema.

Nesse sentido, uma das preocupações que se levanta é qual o espaço de debates para a problemática social? Se o problema ambiental é um problema da relação do homem com a natureza, qual o lugar para se pensar “o homem”? Mediante um movimento ecologista, qual é o espaço de luta para as questões sociais? Por outro lado a proposta de uma “racionalidade ambiental” pode deixar à margem questões sociais tais como as desigualdades de condições materiais verificadas em todo o mundo. Desigualdade de condições, inclusive, para incorporar o “modo de vida sustentável”, uma vez que o produto sustentável tem um maior valor agregado. Por esse motivo talvez a ideia de “racionalidade social”, também proposta por Leff, seja mais plausível no sentido de que “as contradições entre a racionalidade ambiental e a racionalidade capitalista é uma confrontação de interesses opostos arraigados em estruturas institucionais, paradigmas de conhecimento e processos de legitimação que enfrentam diferentes agentes, classes e grupos sociais.” (Leff, 2000, p. 125). É por essa razão que a questão ambiental não pode ser enfrentada apenas por um ecologismo extremo ou fundado somente numa “racionalidade ecológica”, ela envolve diferentes ideologias, comportamentos, ações e práticas.

Leff (2000) apresenta a categoria de “racionalidade ambiental” como uma possibilidade de incorporar esse *ethos sustentável* na racionalidade social. Ressalta no

entanto a importância de agregar uma estratégia política para efetivar os ideais de uma “racionalidade produtiva alternativa”, esta entendida como um modo de produção e de relações entre os homens e a natureza baseadas não na racionalidade economicista mas numa racionalidade fundamentada num ideal de busca pelo bem comum.

Dessa forma põe-se em questão novamente a ideia de desenvolvimento. Não o “desenvolvimento sustentável” incutido no ideário da população mundial, que acabou por se tornar uma máxima naturalizada e, por isso, não refletida. Chama-se a atenção, na noção de desenvolvimento, para seu sentido planejado cujo *telos* é traçar projetos e estratégias para pensar a sociedade através de suas formas de produção e reprodução que, por sua vez, envolve a relação do homem com a natureza.

Em última instância propõe-se pensar sobre as necessidades humanas. Se levarmos em consideração que para Marx a necessidade é a base fundamental sobre a qual se cria o valor, propõe-se reformular a questão ambiental por meio de uma reflexão sobre quais são tais necessidades e o que elas significam?

De acordo com a análise marxiana apresentada por Altvater (2007) o “conceito de necessidades é uma categoria central no pensamento marxista que assinala o caráter mútuo das atividades de produção e consumo do homem em uma sociedade determinada (...) As necessidades e as formas de satisfazer essas necessidades são a base da divisão do trabalho” (Altvater, 2007, p. 5)². Por sua vez a forma de divisão do trabalho capitalista, através da mercadoria, fetichiza essas relações de mutualidade e, em seu lugar, implementa uma noção individualista da sociedade.

A formação do valor

A clássica teoria da formação do valor de K. Marx é fundamental para compreender como os valores das mercadorias, embora pareçam abstratos, não o são. Pelo contrário, são socialmente construídos e reproduzidos.

Marx (1978) inicia sua teoria pela análise da mercadoria pois pressupõe que o acúmulo de riqueza é a força motriz da sociedade capitalista e que a mercadoria é a

²⁰ artigo de Altvater foi retirado da biblioteca virtual CLACSO e não dispõe de numeração de páginas. A título de controle particular, e para facilitar os leitores, decidi atribuir essa paginação, e que é utilizada no corpo do texto.

forma concreta assumida pela riqueza. A mercadoria é um objeto exterior ao indivíduo, uma “coisa” que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. Posto isso é necessário compreender que para Marx essa *coisa qualquer* – a mercadoria – pode ser concebida sob o duplo aspecto da quantidade e da qualidade – “a diversidade destas medidas decorre, em parte, da natureza diversa dos objectos a medir, em parte, de convenção” (MARX, 1996, p. 165). Sendo, portanto, as medidas das coisas historicamente datadas e socialmente construídas.

Tendo em vista estas duas possibilidades de medida das *coisas*, Marx demonstra que o valor atribuído a uma mercadoria é composto em primeiro lugar pelo seu valor de uso. O “valor de uso” representa uma medida qualitativa: a medida qualitativa relacionada à utilidade inerente à coisa/objeto de suprir uma necessidade. Esse valor qualitativo não pode ser diretamente comparado a qualquer outra qualidade de outro objeto qualquer. Portanto, uma valoração quantitativa se faz necessária para conferir a um objeto possibilidade da troca³. Daí o segundo aspecto da formação do valor: o “valor de troca”. O “valor de troca (...) surge, de início, como uma relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, relação que muda constantemente no tempo e no lugar” (MARX, 1996, p. 166). Na troca o “valor de uso” de um objeto perde sua peculiaridade e passa a valer tanto como qualquer outro, desde que se encontre na proporção adequada. Para alcançar essa *proporção adequada* é necessário encontrar um denominador comum sob o qual qualquer objeto possa ser reduzido. No sistema capitalista de produção esse denominador comum corresponde ao trabalho humano abstrato, que por sua vez só pode ser medido em quantidade de “tempo de trabalho socialmente necessário”, ou o trabalho social, ao qual corresponderá um valor em moeda [correspondente universal], o preço (MARX, 1996).

O preço por sua vez é traduzido em símbolo, o dinheiro. Conforme expressa Altvater, “o dinheiro é introduzido como mediador entre o produtor e o homem com necessidades. O dinheiro é o vínculo entre o trabalhador e as necessidades individuais (...) O trabalho tem um duplo caráter, produz valores de uso, que satisfazem as necessidades de outros, e produz valor (de troca). [ou seja] (...) O trabalho social, não

³É importante destacar que os conceitos de “valor” e “troca” são bastante problematizados pelas ciências sociais, mediante as cargas de subjetividade neles incutidas, conforme explicitados por Weber – “A objetividade do Conhecimento”. No entanto, a forma como aqui são empregados remonta aos conceitos marxianos, que se referem às noções de valor e troca no sentido dado pela economia.

está somente determinado por sua capacidade de produzir valores de troca, mas sim também deve produzir valores de uso, isto é, produtos que satisfaçam necessidades sociais.” (Altvater, 2007, p. 5)⁴. Com essas considerações, Altvater explicita a forma como da dualidade do valor e do trabalho se origina o fetiche da mercadoria, conforme proposto por Marx. Demonstra que a transformação do valor de uso, material e qualitativo, das *coisas* em *valor de troca*, através do dinheiro, esconde as relações sociais implicadas nesse processo. Pretende, com isso – dentre outros objetivos - demonstrar que a acusação de que Marx ao analisar a estrutura econômica não dá conta de compreender as relações sociais é infundada. Conforme assevera Altvater (2007) sobre a análise do valor e do fetiche da mercadoria de Marx: “A mensagem é muito clara: não é fácil entender as relações sociais entre os homens e entre os homens e a natureza, porque requer um trabalho intelectual para superar o fetichismo inerente a tais relações.”(Altvater, 2007, p. 7). Ou seja, para compreender a incorporação da variável ambiental à sociedade contemporânea, tem-se que recorrer às análises de sua inserção estrutural na vida social, como por exemplo em termos de valor agregado, aqui denominado *valor verde*.

O objetivo desta reflexão não é a de apresentar exhaustivamente os argumentos de Marx sobre o processo da formação do valor. Interessa em particular, dessa distinção das duas formas de valor implícitas na mercadoria, a constatação de que, como “valores-de-uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade, como valores de troca, só podem ser de quantidade diferente” (MARX, 1996, p. 167). Essa distinção é de suma importância para compreender a incorporação do valor “verde” às mercadorias na sociedade atual, marcada pela expectativa ambiental, uma vez que a questão ambiental pode ser interpretada tanto como valor de uso quanto como de troca.

Temos então duas concepções de valor fundamentalmente opostas, ambas constituintes do preço das mercadorias. Desse modo, ao se estudar o “valor” – mesmo no sentido econômico do termo, que poderia levar a uma análise meramente quantitativa – Marx elucida a importância da variável qualitativa, fundamentalmente subjetiva (entendendo a subjetividade como uma relação do indivíduo e seu meio) do preço que, em geral, não é percebida. A construção do “valor de uso”, para análise do valor agregado pelas preocupações ambientais é, portanto, fundamental.

⁴Conforme indicado anteriormente, trata-se de numeração própria.

Verifica-se que “estrutura” e “ação” estão interrelacionados e se retroalimentam na teoria do valor proposta por Marx. Jean Pierre Dupuy (1980), e também outros como Postone (2006), demonstram que o “valor de uso”, explicitado por Marx, é um valor pessoal, que parte de necessidade individuais. No entanto, tais necessidades são também socialmente condicionadas. A pergunta que se faz é como entender a formação dessas necessidades, como se criam as necessidades.

Uma análise micro-sociológica de corte compreensivo voltada para o entendimento da ação humana e da racionalidade – como ação voltada para fins – pode ser complementar.

Racionalidade: ação voltada para fins

A interpretação sobre o fazer científico proposto por Weber em seu “Ensaio Sobre a Objetividade” levanta alguns pontos centrais sobre a racionalidade voltada para fins, característica da civilização ocidental – conforme exposto em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

Sua discussão sobre a noção de “ser” e “dever ser”, relacionada aos juízos de valor, embora no referido texto esteja voltada para análise do fazer científico, demonstra sua concepção sobre a relação entre a subjetividade e a racionalidade na formação da sociedade. Explica que mesmo na pesquisa científica – expressão maior de racionalidade da sociedade ocidental – as ideias e juízos de valor estão emaranhados na formação dos cientistas, esclarece que somente ao se ter ciência dessas evidências, ou seja, ao se racionalizar os procedimentos e as subjetividades do cientista, produz-se conhecimento de fato objetivo. Para Weber somente tendo clareza sobre as interferências dos ideais histórica e concretamente dados é que se consegue objetivar o que é conhecimento produzido e o que é “ideal” no processo de pesquisa.

Tal separação só pode ser realizada conhecendo a distinção dois momentos da racionalidade: meios e fins. Embora momentos distintos, estão interligados por um outro momento, o das consequências dos atos, que nem sempre são premeditadas. Assim, a racionalização sobre os meios necessários para se alcançar o fim desejado deve levar em consideração as consequências dos atos.

Essa caracterização sobre o fazer do cientista pode ser direcionada, também, para a caracterização do objeto estudado. Dessa forma, pode-se tirar duas interpretações

sobre a análise do valor das mercadorias, uma no âmbito macrosocial e outra no âmbito das relações microsociais. Em relação a esta última, a pergunta a se fazer seria no sentido de buscar entender quais são os “fins” dos indivíduos que incorporam a problemática ambiental em seus cotidianos e utilizam mercadorias verdes como “meios”.

Antes de mais, é importante destacar a problemática ambiental como uma questão sócio-econômica nos termos propostos por Weber, o que torna necessária tanto a abordagem macro como a microssocial. Portanto deve-se perceber a formação do valor tanto do ponto de vista econômico como social. O que faz de um tema – qualquer – ser entendido como um problema sócio-econômico é o fato de que “nossa existência física, tal como a satisfação das nossas necessidades mais ideais, se depara por todo lado com a limitação quantitativa e a insuficiência qualitativa dos meios externos que lhes são indispensáveis; de que, para a sua satisfação, é necessária uma previsão planificada, o trabalho, a luta contra a natureza e a socialização com outras pessoas” (WEBER, 1991, p. 19).

Entre os problemas sócio econômicos, Weber distingue três tipos de acontecimentos: os “fundamentalmente econômicos”, os “economicamente importantes” e os “economicamente condicionados”. Sugere que todas as relações sociais direta ou indiretamente são economicamente condicionados. No entanto, por outro lado, também todos os fenômenos sociais de uma sociedade historicamente datada influem sobre a configuração das necessidades materiais e o modo de satisfazê-las, num movimento, portanto, dialógico.

É nesse contexto que propõe a conceituação da cultura como correspondente a um conceito de valor – no sentido ideológico da palavra. Quer afirmar com isso que não existe objetividade que possa abstrair todo e qualquer juízo de valor. A temática ambiental, conforme visto inicialmente, é um tema que tem ganhado cada vez maior valor – ideal – na formação da sociedade ocidental contemporânea. Este valor cultural que permeia e está permeado por questões econômicas, – conforme exposto por Weber –, reflete-se no preço das mercadorias enquanto predicado da coisa que satisfaz a necessidade humana. Portanto, a compreensão do valor verde agregado pelo sistema econômico contemporâneo passa pelas reflexões em torno da racionalidade. A capacidade do capitalismo de exacerbar a noção de racionalidade, como pressuposto fundamental da sociedade civilizada, leva a uma cultura impregnada pela racionalização do consumo. Dessa forma cada vez menos se questiona sobre as necessidades, mas cada

vez mais se racionaliza o consumo. Como consequência, a distância – alienação, nos termos marxianos – entre a estrutura econômica e as relações sociais cotidianas é cada vez maior.

A noção de ação voltada para fins, ou seja, a idéia de racionalizar sobre os meios pelos quais se atingir um fim é, portanto, de extrema importância para compreender as concepções de necessidade na cultura capitalista e, desta forma, entender como se forjam os valores sociais na esfera da ação.

Considerações finais sobre a problemática do “valor verde”

Considerando o racionalismo apontado por Weber como ação voltada para fins, uma análise macrosocial do valor das mercadorias buscaria compreender os “fins” almejados pelo sistema produtivo capitalista e os “meios” correspondentes. Uma possível hipótese seria a de que o “fim” almejado pelo sistema produtivo seria sua própria manutenção e os meios corresponderiam à conjuntura da sociedade; se considerarmos a questão ambiental como uma temática que ganhou força a ponto de pôr em risco o sistema produtivo, os meios para alcançar tal manutenção deveriam necessariamente perpassar a incorporação de medidas ambientais, o que de fato acontece. Retomando a proposta inicial de entender como a temática ambiental passou a incorporar as mercadorias, destaca-se a noção de “necessidade” como central – assim como a teoria de Marx já aponta.

Conforme exposto por Marx na formação do valor, as qualidades de uma mercadoria são o fundamento para estabelecer seu preço. Mas essas estão diretamente relacionadas com sua capacidade de corresponder às necessidades dos indivíduos. As necessidades, por sua vez, são construídas socialmente e na medida em que o sistema de produção avança – que o domínio da técnica na transformação da natureza aumenta –, também as necessidades dos homens se complexificam. De outro modo, “os seres humanos têm que satisfazer suas necessidades e o fazem de maneira social, de forma tal que as necessidades de uns são satisfeitas pelo trabalho de outros (...) O conceito de necessidade é uma categoria central no pensamento marxista que assinala o caráter

mútuo das atividades de produção e consumo do homem em uma sociedade determinada.” (Altvater, 2007, p. 04).

De outra maneira Weber mostra como todas as relações sociais estão permeadas pela estrutura econômica, a qual chama – na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* – “jaula de ferro”. Mas, que, no entanto, a construção da cultura sob essa “jaula” é flexível. Assim, os temas priorizados em cada cultura se transformam e reconfiguram. Embora o sistema econômico seja uma estrutura fechada, a maneira como os indivíduos a ela se acomodam abrem precedentes para transformação da própria estrutura. Ou seja, a cultura corresponde a um sistema de valores adequados ao momento histórico. Disso pode-se concluir que a capacidade de racionalizar as ações reforça a centralidade da categoria necessidade, pois os fins correspondem à satisfação das necessidades. Assim, mesmo para Weber, a jaula de ferro não se reduz à estrutura econômica. Compreende também a cultura, a religião, na medida em que a racionalização das relações, a ética (ethos) e o “espírito capitalista” se imbricam para viabilizar a modernidade, a existência e operação dessas relações.

Essas duas formulações sobre a constituição do valor – ideal ou concreto –, por meio da formação da necessidade, permite considerar duas hipóteses: a de que a incorporação do valor verde por parte da estrutura – sistema capitalista – se dá por meio de uma ação racional com o fim de sua própria manutenção e; por outro lado, a incorporação da consciência ambiental pelos indivíduos comuns pode ser fruto de sua ação voltada a um fim meramente primitivo, o da sobrevivência, e que mediante a imbricação estrutural da problemática, para alcançar seu fim, acaba por sucumbir às opções oferecidas pela própria estrutura – a jaula de ferro.

O processo civilizatório ocidental – conforme Weber – é um processo de extrema complexidade. Se por um lado forja uma estrutura econômica, jurídica e estatal fortes e peculiares, e que influi na formação cultural da sociedade, por outro lado também é impelida a adaptar-se a dinâmica subjetiva da sociedade.

A questão da formação da necessidade, portanto, está diretamente ligada à compreensão das várias influências sociais ou individuais, estruturais ou intencionais que compõem a própria formação da cultura. Uma noção de necessidade como fenômeno social material e historicamente construído. Conforme Postone (2006), a necessidade histórica – e não trans-histórica - é “não estática, mas antes um resultado da dialética do valor e do valor de uso, possuindo uma dinâmica imanente e, portanto, provém a base material de uma lógica histórica imanente.” (Postone, 2006, p. 13).

Portanto, pensar a necessidade, antes de pensar apenas o consumo, torna-se fundamental para superar os constrangimentos do Estado capitalista às lutas sociais e/ou ambientais.

A incorporação no preço dos constrangimentos ambientais, portanto, corresponde à formação de um novo valor cultural, que entende o combate a possíveis catástrofes ambientais como uma necessidade primordial – ou de outro modo, que tem necessidade de relacionar-se de forma mais harmoniosa com a natureza. Vale lembrar, nesta conclusão, que a proposta do trabalho não é a de chegar a um denominador comum sobre que idéia de necessidade está relacionada à temática ambiental. Limita-se a apontar a noção de “necessidade” como uma variável cultural fundamental para entender o fenômeno do valor verde agregado e apontar a fetichização dessa nova mercadoria, que pode impedir que projetos como o da Racionalidade Ambiental ou desenvolvimentos sustentáveis de fato possam se efetivar.

Não se pretende aqui desconsiderar os esforços para a formulação de ações ambientais sustentáveis, apenas questionar suas possibilidades diante de uma estrutura econômica e política que pode intervir de forma negativa nesses projetos. Outra questão que se pretende levantar é o *esquecimento da problemática social* em detrimento da ambiental, e entender essa inversão de valores como parte da fetichização da mercadoria sustentável.

Para finalizar, lembro a argumentação de Altvater sobre algumas críticas à análise marxiana. Uma delas, que ilustra um pouco o problema do enfoque na problemática ambiental ou social, é quando Marx é acusado de não tratar dos problemas ambientais ou de não incorporar uma análise ambiental na sua teoria do valor. A isso, Altvater responde:

A razão que costuma ser mal-interpretada pelos críticos do conceito marxista de natureza é a seguinte: a natureza é maravilhosamente produtiva, a evolução das espécies na história do planeta e sua tremenda diversidade e variedade demonstram isso. Mas a natureza não produz mercadorias para vender no mercado. Não há mercado na natureza. O mercado é uma construção social e econômica. O mais formoso dos pássaros ou uma velha árvore em uma selva tropical ou o ferro em uma mina não são mercadorias; somente se convertem em mercadorias por meio de um processo de valorização (*Inwertsetzung; mise-en-valeur*). É o trabalho o que obtém a metamorfose da natureza em mercadoria. (Altvater, 2007, p.7) (grifo nosso)

O objetivo desse artigo, conforme explicitado, é o de trazer questionamentos sobre temática ambiental. Questionamentos sob uma ótica da ciência política e não apenas sob o ponto de vista da gestão de políticas ambientais. E, além disso, defender os conceitos marxianos de valor e de relação social como fundamentais para entender a

questão ambiental, o que permite a análise conjunta da economia, da sociedade e do meio ambiente.

Referências Bibliográficas

- ALTVATER, E. “Existe um marxismo ecológico”, in Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina (org.). *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*, 2007 ISBN 978987118367-8. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.15.doc>. Acessado em 06/11/2009.
- DUPUY, J. P. (1980). *Da ecologia à crítica radical da sociedade industrial*. In: *Introdução a crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FOLADORI, G. “Sustentabilidad Ambiental y contradicciones sociales”. *Rev. Ambiente & Sociedade* Ano II – N. 5 - 2o semestre de 1999. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/asoc/n5/n5a03.pdf> > Acessado em 06/11/2009.
- GIDDENS, A. G. (1997). *Política, Sociologia e Teoria Social*. São Paulo: Unesp.
- GUIVANT, J. S. e TOMIELLO, N. “Ambivalência na comunicação das estratégias de sustentabilidade: uma análise da cadeia de valor da Wal-Mart na perspectiva global, nacional e local”. In: *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, v. 9, n. 95, p. 55-78, 2008.
- LEFF, E. (2002). *Epistemologia Ambiental*. Cortez, São Paulo.
- MARX, K. (1996) *O Capital*. Cap. I, livro I, in. Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural.
- _____. *Prefácio à Contribuição à crítica da Economia Política*, in Textos, São Paulo: Edições Sociais, sd.
- POSTONE, M., (2006). *Tiempo, trabajo y dominación social: una reinterpretación crítica de Marx*. Madrid: Politopías.
- WEBER, M. (2003). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret.
- _____. (1991). “A objetividade da ciência”. In. *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Moraes.